

CRIPS - Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sôr
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500 923 957

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.3; 5	1 630 406,68	1 693 807,78
Ativos intangíveis	3.2.2; 6	11 522,90	11 522,90
Investimentos financeiros	3.2.6; 13.1	14 697,59	5 638,42
		1 656 627,17	1 710 969,10
Activo corrente			
Inventários	3.2.7; 7	1 689,44	771,69
Créditos a receber	13.3	9 601,84	6 981,33
Estado e outros entes públicos	13.9	767,48	1 072,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	4 454,50	2 602,00
Diferimentos	13.5	4 053,53	3 924,09
Outros ativos correntes	3.2.8;13.4	160 981,52	95 846,77
Caixa e depósitos bancários	3.2.8;13.6	63 697,91	55 508,31
		245 246,22	166 706,64
Total do ativo		1 901 873,39	1 877 675,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.9; 13.7	85 954,71	85 954,71
Resultados transitados	3.2.9; 13.7	33 496,99	3 982,93
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.9; 13.7	1 287 411,89	1 342 622,20
		1 406 863,59	1 432 559,84
Resultado líquido do período		56 298,87	29 514,06
Total dos fundos patrimoniais		1 463 162,46	1 462 073,90
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.8; 13.8	9 145,98	23 993,65
Estado e outros entes públicos	13.9	41 464,41	38 991,96
Diferimentos	13.5	43 092,88	6 079,43
Outros passivos correntes	3.2.8; 13.10	345 007,66	346 536,80
		438 710,93	415 601,84
Total do passivo		438 710,93	415 601,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 901 873,39	1 877 675,74

[Assinatura]
A Direção,
CRIPS
CENTRO DE RECUPERAÇÃO
INFANTIL
DE
PONTE DE SÔR

CC n.º 31 164,
[Assinatura]

CRIPS - Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sôr
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500 923 957

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	158.436,44	129.514,40
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 13.11	1.445.642,25	1.291.752,71
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.7; 7	76.893,65	40.424,25
Fornecimentos e serviços externos	13.12	165.381,11	150.817,68
Gastos com o pessoal	11	1.180.086,11	1.087.672,67
Outros rendimentos	13.13	63.350,01	56.689,40
Outros gastos	13.14	122.883,17	101.227,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		122.184,66	97.814,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.2.3; 5	65.880,08	67.147,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.304,58	30.666,65
Juros e gastos similares suportados	13.15	5,71	1.152,59
Resultados antes de impostos		56.298,87	29.514,06
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		56.298,87	29.514,06

A Direção,
CRIPS
 CENTRO DE RECUPERAÇÃO
 INFANTIL
 DE
 PONTE DE SÔR

CC nº. 31 164

António Barre

CRIPS - Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sôr
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		160 568,14	136 673,03
Pagamentos a fornecedores		-204 190,22	-190 182,05
Pagamentos ao pessoal		-763 921,36	-729 129,12
Caixa gerada pelas operações		-807 543,44	-782 638,14
Outros recebimentos/pagamentos		828 637,84	793 112,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		21 094,40	10 474,54
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-3 839,92	-6 482,29
Investimentos financeiros		-11 702,13	-2 933,22
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2 642,96	131,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-12 899,09	-9 283,63
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		20 000,00	68 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-20 000,00	-68 000,00
Juros e gastos similares	13.15	-5,71	-20,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-5,71	-20,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8 189,60	1 170,71
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.6	55 508,31	54 337,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.6	63 697,91	55 508,31

A Direção,
CRIPS
 CENTRO DE RECUPERAÇÃO
 INFANTIL
 DE
 PONTE DE SÔR

CC nº. 31 164,

Ante S. Scenário Base

Anexo

CRIPS - Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6	Ativos Intangíveis	14
7	Inventários	14
8	Rédito	15
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
10	Imposto sobre o Rendimento	15
11	Benefícios dos empregados	15
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
13	Outras Informações.....	16
13.1	Investimentos Financeiros	16
13.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
13.3	Clientes e Utentes	17
13.4	Outras contas a receber	17
13.5	Diferimentos	17
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
13.7	Fundos Patrimoniais.....	17
13.8	Fornecedores	18
13.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
13.10	Outras Contas a Pagar.....	18

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração	18
13.12 Fornecimentos e serviços externos.....	19
13.13 Outros rendimentos	19
13.14 Outros gastos	19
13.15 Resultados Financeiros.....	19
13.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	20

N
A.
A.

1 Identificação da Entidade

O “CRIPS - Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor” é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na AVENIDA MANUEL PIRES FILIPE,14-A em Ponte de Sor. Constituída sob a forma de “Associação” com estatutos iniciais publicados no Diário da República n.º 118/1997, série II, tendo sido posteriormente registada a alteração aos estatutos no portal da Justiça em 04/04/2022 e averbado com o n.º. 4 à inscrição n.º. 03/98, a folhas 34 do Livro n.º. 7 e a folhas 33 verso e 34 do Livro n.º. 18 das Associações de Solidariedade Social em 30/03/2022. Tem como missão: Permitir às pessoas com deficiência e necessidades especiais atingir e manter um adequado nível funcional, sensorial, intelectual, psíquico e social, dotando-as dos meios necessários para a conquista de uma maior independência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura,

foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

N
P.
A

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

M
A.
A

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são

registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	43 750,00					43 750,00
Edifícios e O. construções	2 222 118,02					2 222 118,02
Equipamento básico	197 052,80	4 874,83				201 927,63
Equipamento de transporte	279 194,30					279 194,30
Equipamento administrativo	250 932,63	2 438,88				253 371,51
Outros Ativos fixos tangíveis	74 482,62	1 058,82				75 541,44
Total	3 065 477,19	8 372,53	0,00	0,00	0,00	3 075 902,90

Handwritten signature and initials in blue ink.

Depreciações acumuladas						
Terrenos e cursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e O. construções	564 404,60	44 442,36				608 846,96
Equipamento básico	191 895,85	1 577,93				193 473,78
Equipamento de transporte	239 673,21	17 178,97				256 852,18
Equipamento administrativo	244 804,13	3 669,65				248 473,78
Outros Ativos fixos tangíveis	74 169,58	278,84				74 448,42
Total	1 314 947,37	67 147,75	0,00	0,00	0,00	1 382 095,12

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	43 750,00			43 750,00
Edifícios e O. construções	1 657 713,42		44 442,36	1 613 271,06
Equipamento básico	5 156,95	4 874,83	1 577,93	8 453,85
Equipamento de transporte	39 521,09		17 178,97	22 342,12
Equipamento administrativo	6 128,50	2 438,88	3 669,65	4 897,73
Outros Ativos fixos tangíveis	313,04	1 058,82	278,84	1 093,02
Total	1 752 583,00	8 372,53	67 147,75	1 693 807,78

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	43 750,00					43 750,00
Edifícios e O. construções	2 222 118,02					2 222 118,02
Equipamento básico	201 927,63					201 927,63
Equipamento de transporte	279 194,30					279 194,30
Equipamento administrativo	253 371,51	2 226,31				255 597,82
Outros Ativos fixos tangíveis	75 541,44					75 541,44
Total	3 075 902,90	2 226,31	0,00	0,00	0,00	3 078 129,21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e O. construções	608 846,96	44 442,36				653 289,32
Equipamento básico	193 473,78	2 065,52		92,86		195 632,16
Equipamento de transporte	256 852,18	17 178,97				274 031,15
Equipamento administrativo	248 473,78	1 914,39	345,53			250 042,64
Outros Ativos fixos tangíveis	74 448,42	278,84				74 727,26
Total	1 382 095,12	65 880,08	345,53	92,86	0,00	1 447 722,53

Descrição	2022			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	43 750,00			43 750,00
Edifícios e O. construções	1 613 271,06		44 442,36	1 568 828,70
Equipamento básico	8 453,85		2 158,38	6 295,47
Equipamento de transporte	22 342,12		17 178,97	5 163,15
Equipamento administrativo	4 897,73	2 226,31	1 568,86	5 555,18
Outros Ativos fixos tangíveis	1 093,02		278,84	814,18
Total	1 693 807,78	2 226,31	65 627,41	1 630 406,68

6 Ativos Intangíveis

Estes ativos são exclusivamente constituídos por programas informáticos, não tendo sido amortizados, mantendo-se o mesmo valor de 2015, por não ter havido aquisições.

	2021					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	11 522,90					11 522,90
Total	11 522,90	0,00	0,00	0,00	0,00	11 522,90

	2022			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Programas de Computador	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	11 522,90					11 522,90
Total	11 522,90	0,00	0,00	0,00	0,00	11 522,90

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	2 656,17	0,00	0,00	2 330,15	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 490,88	36 176,82	0,00	771,69	29 164,28	46 316,97	1 689,44
Total	1 490,88	38 832,99	0,00	771,69	31 494,43	46 316,97	1 689,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				40 424,25			76 893,65

Em 2022 foi estabelecida uma parceria com o Modelo Continente Hipermercados, S.A. que consiste na recolha regular de excedentes alimentares, tendo em vista a luta contra o desperdício alimentar. Daqui resulta que o custo das mercadorias – 76 893,65€, tenha sofrido um acréscimo significativo face ao ano anterior, não afetando contudo o resultado, uma vez

que, se por um lado o custo aumenta, a contabilização da entrada dos excedentes alimentares é registada numa conta de Donativos em Espécie - Rendimento. Verifica-se ainda, pese embora o aumento substancial do custo dos produtos alimentares, uma redução nas compras, fruto da parceria estabelecida.

8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	9 672,22	7 362,59
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	134 344,60	112 758,20
Quotas e joias	3 297,50	3 257,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,96	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	147 315,28	123 378,29

9 Subsídios e Apoios

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo/Outras Entidades		
Subsídios Correntes	1 389 040,87	1 223 139,72
Apoios excepcionais e extraordinários do Governo		
Apoio extraordinário combustível - CAO	1 108,00	
IAPMEI – Apoio SMN	2 688,00	1 056,21
Adaptar social+ / Lay Off / Incentivo Normalização Atividade / Apoio Família		49 859,12
Total	1 392 836,87	1 223 139,72

10 Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de IRC.

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente de 5 elementos em ambos os exercícios. Os órgãos diretivos não usufruem remuneração.

Todos os colaboradores prestam os seus serviços a tempo completo, com exceção de um Técnico superior de reabilitação/desporto que desempenha funções em part-time.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 71 e em 31/12/2021 foi de 66.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	970 245,98	902 289,62
Indemnizações	0,00	729,26
Encargos sobre as Remunerações	196 873,18	172 079,79
Seguro Acidentes Trabalho/Doenças Profissionais	9 837,37	10 117,64
Outros Gastos com o Pessoal	3 129,58	2 456,36
Total	1 180 086,11	1 087 672,67

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros	14 697,59	5 638,42
Total	14 697,59	5 638,42

13.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	4 454,50	2 602,00
Total	4 454,50	2 602,00

13.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	472,84	736,21
Utentes	9 129,00	2 645,12
Total	9 601,84	3 381,33

13.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	52,18
Devedores por acréscimos de rendimentos	113 879,29	80 883,88
Outras operações	121,44	0,00
Outros Devedores	40 802,79	5 643,71
Total	154 803,52	86 579,77

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Total	4 053,53	3 924,09
Rendimentos a Reconhecer		
Total	43 092,88	13 934,27

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	3 215,66	1 153,09
Depósitos à ordem	60 482,25	54 355,22
Total	63 697,91	55 508,31

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	85 954,71	0,00	0,00	85 954,71
Resultados transitados	3 982,93	29 514,06	0,00	33 496,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 342 622,20	0,00	-55 210,31	1 287 411,89
Total	1 432 559,84	29 514,06	-55 210,31	1 406 863,59

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	9 145,98	23 993,65
Total	9 145,98	23 993,65

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	767,48	1 072,45
Total	767,48	1 072,45
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	534,36	642,52
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 397,82	8 843,50
Segurança Social	32 505,86	29 485,93
Outros Impostos e Taxas	26,37	20,01
Total	41 464,41	30 148,46

13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		75 767,32		77 151,31
Credores por acréscimo de gastos		169 861,16		157 231,99
Outros credores		70 040,48		55 492,64
Total	0,00	315 668,96	0,00	126 948,06

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 021 439,66	934 050,39
Subsídios de outras entidades	371 397,21	340 004,66
Doações e heranças	52 805,38	17 697,66
Total	1 445 642,25	1 291 752,71

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	22 823,22	28 669,99
Materiais	19 926,53	24 682,75
Energia e fluidos	60 109,15	46 541,14
Deslocações, estadas e transportes	1 066,36	0,00
Serviços diversos	61 455,85	50 923,80
Total	165 381,11	150 817,68

13.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,02
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,96	2,38
Outros rendimentos	63 349,05	56 687,00
Total	63 350,01	56 689,40

13.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Gastos nos restantes investimentos financeiros	1 186,84	0,00
Outros Gastos	121 696,33	101 227,51
Total	122 883,17	101 227,51

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5,71	1 152,59
Total	5,71	1 152,59
Resultados Financeiros	-5,71	-1 152,59

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 10 de março de 2023.

Ponte de Sor, 8 de março de 2023

O Contabilista Certificado,

Rute Sena Lusa

A Direção,

CRIPS
CENTRO DE RECUPERAÇÃO
INFANTIL
DE
PONTE DE SOR